



*Artigo*

## **Identidade e Deficiência**

Identity and Disability

Identidad y Discapacidad

Identité et Handicap

Cecília Pescatore Alves<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Psicóloga com mestrado e doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Professora aposentada da Universidade de Taubaté, Taubaté, SP, Brasil. Docente do departamento de Psicologia Social lecionando na graduação de Psicologia; pesquisadora e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa de Identidade-Metamorfose; docente e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

**Resumo**

O manuscrito discute o tema identidade e Deficiência a partir de uma revisão crítica dos conceitos de exclusão e deficiente, fundamentando uma reflexão sobre perspectivas de identidades emancipatórias de pessoas que possuem deficiência frente às incongruências sociais. Considera o contexto de exclusão vivido pelos indivíduos com deficiência, bem como a inépcia na implantação da educação inclusiva decorrente das estruturas das instituições de ensino, e fundamentalmente do preconceito. Assim, o debate se debruça sobre os nexos entre os processos identitários de pessoas com deficiências, a imposição dos papéis sociais e a difícil construção da identidade na exclusão, assim como as condições e possibilidades de humanização no mundo contemporâneo. Identidade é discutida no contexto dos conflitos sociais originários de concepções hegemônicas sobre normalidade, assim como, pela intolerância ao diferente. A sustentação teórica de identidade se encontra nas concepções de Habermas e no conceito do sintagma identidade-metamorfose-emancipação desenvolvido por Ciampa. Coloca-se assim em debate que as possibilidades de identidades em emancipação e o direito do deficiente implicam em lutas sociais pela dignidade humana, pela igualdade de direitos, e pelo reconhecimento da diversidade de modos de vida e das muitas formas de estar no mundo.

**Palavras-Chave:** Identidade; Deficiência; Igualdade de Direitos; Luta por reconhecimento, Direitos Humanos.

**Abstract**

This paper discusses the theme identity and Disability from a critical review of the concepts of exclusion and the disabled, basing a reflection on perspectives of emancipatory identities of people with disabilities in the face of social incongruities. It considers the context of exclusion experienced by individuals with disabilities, as well as the ineptitude in the implementation of inclusive education resulting from the structures of educational institutions, and fundamentally from prejudice. Thus, the debate focuses on the connections between the identity processes of people with disabilities, the imposition of social roles and the difficult construction of identity in exclusion, as well as the conditions and possibilities of humanization in the contemporary world. Identity is discussed in the context of social conflicts originating from hegemonic conceptions of normality, as well as from intolerance to what is different. The theoretical support of identity is found in the conceptions of Habermas and in the concept of the syntagma identity-metamorphosis-emancipation developed by Ciampa. The possibilities of identities in emancipation and the right of the handicapped imply social struggles for human dignity, for equal rights, and for the recognition of the diversity of ways of life and the many ways of being in the world.

**Keywords:** Identity; Disability; Equal Rights; Struggle for Recognition; Human Rights.

**Resumen**

El artículo aborda el tema identidad y Discapacidad a partir de una revisión crítica de los conceptos de exclusión y discapacitados, fundamentando una reflexión sobre las perspectivas de las identidades emancipadoras de las personas con discapacidad frente a las incongruencias sociales. Considera el contexto de exclusión que experimentan las personas con discapacidad, así como la ineptitud en la aplicación de la educación inclusiva derivada de las estructuras de las instituciones educativas y, fundamentalmente, de los prejuicios. Así, el debate se centra en las conexiones entre los procesos de identidad de las personas con discapacidad, la imposición de roles sociales y la difícil construcción de la identidad en la exclusión, así como las condiciones y posibilidades de humanización en el mundo contemporáneo. La identidad se discute en el contexto de los conflictos sociales originados por las concepciones hegemónicas de la normalidad, así como, por la intolerancia a lo diferente. El soporte teórico de la identidad se encuentra en las concepciones de Habermas y en el concepto del sintagma identidad-metamorfosis-emancipación desarrollado por Ciampa. Las posibilidades de las identidades en la emancipación y el derecho de los discapacitados implican en las luchas sociales por la dignidad humana, por la igualdad de derechos y por el reconocimiento de la diversidad de formas de vida y de las múltiples maneras de estar en el mundo.

**Palabras Clave:** Identidad; Discapacidad; Igualdad de Derechos; Lucha por el Reconocimiento; Derechos Humanos.

**Résumé**

L'article aborde le thème de l'identité et du handicap à partir d'un examen critique des concepts d'exclusion et de handicap, en fondant une réflexion sur les perspectives d'identités émancipatrices des personnes handicapées face aux incongruïtés sociales. Elle prend en compte le contexte d'exclusion vécu par les personnes handicapées, ainsi que l'ineptie dans la mise en œuvre de l'éducation inclusive résultant des structures des institutions éducatives, et fondamentalement des préjugés. Ainsi, le débat se concentre sur les liens entre les processus identitaires des personnes handicapées, l'imposition de rôles sociaux et la difficile construction de l'identité dans l'exclusion, ainsi que sur les conditions et les possibilités d'humanisation dans le monde contemporain. L'identité est discutée dans le contexte des conflits sociaux qui trouvent leur origine dans les conceptions hégémoniques de la normalité, ainsi que dans l'intolérance à l'égard de ce qui est différent. Le support théorique de l'identité se trouve dans les conceptions de Habermas et dans le concept du syntagme identité-métamorphose-émancipation développé par Ciampa. Les possibilités des identités dans l'émancipation et le droit des personnes handicapées impliquent dans les luttes sociales pour la dignité humaine, pour l'égalité des droits, et pour la reconnaissance de la diversité des modes de vie et des multiples façons d'être au monde.

**Mots-Clés:** Identité; Handicap; Égalité des Droits; Lutte pour la Reconnaissance; Droits Humains.

A proposta de discutir Identidade e Deficiência nos remete, particularmente, ao debate sobre as possibilidades de emancipação do sujeito frente às incongruências sociais. Essa proposição parte da revisão crítica, dos conceitos de exclusão e deficiente, fundamentando uma reflexão sobre o processo de identidade de pessoas que possuem deficiência.

A variabilidade do conceito de identidade social, seja na dimensão individual ou coletiva, tem ocasionado incomodo no mundo acadêmico, fato este que impõe a tarefa de contextualizar o significado aqui utilizado.

Partiu-se da perspectiva de uma Psicologia Social Crítica como a proposta por Silvia Lane nos anos de 1970. Neste momento, da história da psicologia social, um grupo de psicólogos brasileiros juntamente com outros da América Latina teciam críticas à produção de conhecimento e a atuação da psicologia deslocada da realidade vivida. O caminho traçado por este grupo foi sintetizado nas palavras de Lane (1995: 55): *“partimos de uma postura materialista-histórica e dialética, o que implica uma concepção do ser humano como produto e produtor da história”*.

Encontraram apoio para este árduo caminhar em autores soviéticos e entre eles Leontiev (1978) que sistematizou a Atividade, a Consciência e a Personalidade como categorias fundamentais do psiquismo humano. Lane (1995) afirma que as investigações realizadas no programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUCSP revelaram a categoria identidade como primordial na compreensão da relação indivíduo-sociedade. E, em 1977 Ciampa apresentou seu estudo sobre identidade na perspectiva de compreensão das desigualdades e como forma de *“resistências individuais e coletivas aos processos de massificação, ou seja, analisar tanto problemas sociais como buscas emancipatórias.”* (Lima & Ciampa, 2012). Assim, Identidade como metamorfose numa perspectiva emancipadora será o norte da reflexão aqui apresentada.

Outros esclarecimentos necessários ao leitor deste texto se referem aos conceitos de exclusão social e de deficiente com se segue:

No prefácio da Coletânea organizada por Sawaia e Namura (2002), Sposati apresenta a obra afirmando que na variedade conceitual encontrada na definição de exclusão há um sentido constante *“estar excluído é estar fora de algo por uma decisão que não é produzida pelo próprio agente”*. *“A exclusão é determinada por outrem, de forma individual ou coletiva”* (p.6). Afirma ainda, a autora, que é fundamental, para o conceito, a ideia de uma relação dialética que exclui e inclui *“através de um conjunto de valores que a orienta”* (p. 6).

Sawaia (2001: 8) fundamenta esta ideia dando destaque ao tipo de sociedade em que vivemos no mundo contemporâneo: *“A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social, o que implica o caráter ilusório da inclusão”* formando assim um par dialético “exclusão/inclusão”, isto é, inseparáveis, como produto inerente ao funcionamento do sistema capitalista. Nesse processo o mutuo confronto se faz presente como legitimação individual e social. Excluir alguém não significa coloca-lo à parte da sociedade, mas sim incluí-lo atribuindo-lhe valores que o definem e discriminam.

Certa vez eu estava conversando com uma colega negra de pós-graduação do grupo de identidade sobre as discriminações que sofremos, e, de repente, ela

disse: "Eu também!" Então ela falava outra coisa e eu dizia: "Eu também!" Foi interessante essa nossa conversa, pois encontramos muitas discriminações em comum. (Satow, 2009)<sup>1</sup>.

Afirma Sawaia (2010) que as pessoas com deficiência carregam o estigma<sup>2</sup> de ser portador de deficiência e estabelecem penetração mútua com outros fatores, também determinantes de exclusão, como etnia, gênero e classe social. E mais, a inclusão pela exclusão faz parte do mesmo processo e se constitui enquanto dialético numa infinidade de objetivações da reificação<sup>3</sup> das diferenças. A inclusão do excluído na sociedade pode ocorrer *"pela humilhação e pela negação da humanidade, mesmo que partilhe de direitos sociais no plano geral."* (p. 9).

A partir desse contexto de exclusão dos indivíduos com deficiência, cabe considerar como o conceito de deficiente vem sendo abordado criticamente.

A normalidade, entendida ora como uma expectativa biomédica de padrão de funcionamento da espécie, ora como um preceito moral de produtividade e adequação às normas sociais, foi desafiada pela compreensão de que deficiência não é apenas um conceito biomédico, mas a opressão pelo corpo com variações de funcionamento. A deficiência traduz, portanto, a opressão ao corpo com impedimentos: o conceito de corpo deficiente ou pessoa com deficiência devem ser entendidos em termos políticos e não mais estritamente biomédicos. (Diniz, Barbosa & Santos, 2009: 1).

Os autores retomam uma questão polêmica e que historicamente transcendeu os termos biomédicos na medida em que, fica evidente no próprio conceito, a desigualdade imposta às pessoas com impedimento. *"A deficiência traduz, portanto, a opressão ao corpo com impedimentos"* (Diniz e cols, 2009: 1). Essa dimensão do conceito adquire um caráter político e tem a sua maior expressão, enquanto luta, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU) quando é recomendado como referência para a formulação de políticas e ações dirigidas a essa população com restrição de participação ao corpo com impedimentos: *"Aqueles que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas"*. (Organização Das Nações Unidas [ONU], 2006, art. 1º).

Cabe destacar que segundo afirmação de Diniz e cols. (2009), sustentados em citações de Barton, (1998); Barnes e cols. (2002), sobre conceito de deficiência que combina a dimensão biomédica (impedimentos corporais) e a de direitos humanos (denúncia da opressão) já vinha se evidenciando muito antes das Nações Unidas se pronunciar em 2007, na medida em que, o

---

<sup>1</sup> Satow tem **paralisia cerebral** do tipo atetótico moderado. É bacharel em filosofia e comunicação social pela PUC-SP, Mestre e doutora em psicologia social pela mesma instituição e expert em inclusão pela Universidade de Salamanca (Espanha). Atualmente diretora executiva do CEDIPOD.

<sup>2</sup> Compreende-se que o conceito abordado pela autora se refere ao usado por Goffmann (1988) em menção a um atributo do visível e profundamente depreciativo que destrói a atenção para outros atributos do indivíduo.

<sup>3</sup> Compreende-se que o conceito abordado pela autora parte das formulações de Marx e de Lukács ligadas à análise do "fetichismo da mercadoria".

modelo biomédico já há mais de quatro décadas era questionado como não suficiente para a promoção de relações de igualdade entre deficientes e não deficientes.

No Brasil o Decreto Legislativo Nº 186, de 2008 aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007<sup>4</sup> (DOFC – Diário Oficial de União de 10.07.2008).

A história nos revela que no Brasil as conquistas sociais, na área específica dos direitos das Pessoas com deficiência, foram muito significativas a partir da década de 1990 em decorrência do fortalecimento de movimentos sociais. Além das nomeadas acima, destaque seja feito aos avanços na educação com a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional que promulga a Educação Especial, e, ainda no início da década a Educação Inclusiva<sup>5</sup>.

Em 1991 a conhecida “lei de Cotas” (lei 8.213) determina obrigatoriedade às empresas de contratarem um percentual de pessoas com deficiência, caso possuam um número de funcionários superior a 100 e, em 2007, o Ministério do Trabalho lança a cartilha sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Lara (2011) ao estudar o trabalhador com deficiência reflete sobre o sentido atual de sucesso e fracasso profissional ser atribuído unicamente ao trabalhador na medida em que [...]

o mercado de trabalho busca os mais preparados, mais competentes, mais fortes e mais perfeitos profissionais, como um verdadeiro darwinismo profissional – e essa verdadeira seleção “natural” muitas vezes inclui também a perfeição corporal. [...] o profissional que possui algum tipo de deficiência torna-se um ‘profissional deficiente’ [...] frequentemente tratado como um profissional imperfeito e incapaz. (p. 61).

A autora considera ainda que, além das determinações do mundo do trabalho que impõem aos trabalhadores, através das organizações, domínio sobre seu corpo e mente, submetendo-os à lógica do funcionamento das empresas, no caso dos trabalhadores com deficiências acresce a crença na “*benevolência das empresas que ‘gentilmente’ contratam um profissional deficiente e que, portanto, são merecedores de sua fidelidade e submissão absoluta.*” (p. 61).

Assim, constata-se que as leis destinadas a garantir direitos inclusivos não são suficientes para o processo de transformação. A pesquisa de Lara (2011) ilustra essa questão em relação às leis das cotas, assim como, Oliva (2011) ao estudar a educação de pessoas com deficiência visual afirma que a inclusão dessas pessoas no ensino regular é um ganho, mas que ainda são necessárias ações para a aproximação de uma sociedade verdadeiramente inclusiva na medida em que ainda são encontradas condições de ausência significativas no processo educativo, como: de trabalhos cooperativos em sala de aula e de adaptações curriculares levando o aluno à exclusão de conteúdo.

A educação inclusiva, ainda engatinha nas suas formas de implantação porque esbarra nas estruturas das instituições de ensino, e fundamentalmente no preconceito. Mas, merece destaque ações significativas na direção da conquista de educação universitária das pessoas com deficiência. Simões (2012) pesquisa estudantes universitários com deficiência visual a fim de

---

<sup>4</sup> Projeto de decreto legislativo nº 90, de 2008 (nº 563/2008, na Câmara dos Deputados).

<sup>5</sup> Crochic (2011) Fornece subsídios para análise e discussão sobre educação inclusiva e preconceito.

compreender a relação destes com seus leitores. A pesquisadora identifica na investigação realizada que o trabalho dos que leem para os deficientes refere-se a uma atividade com possibilidades emancipatórias, mas ainda uma prática recente tanto quanto o ingresso de alunos e professores com deficiência na universidade. *“cada vez mais, autoridades, pesquisadores, profissionais e especialistas se debruçam sobre a formação e a qualificação profissional das pessoas com deficiência.”* (p. 64).

Após os anos 2000 evidencia-se um investimento do Estado (municipal, estadual e federal) em ações que mobilizem acessibilidade ao ensino e formação de pessoas com deficiência. As conquistas acumuladas na direção de uma sociedade de direitos evidenciam que o caminho é árduo e longo porque o que efetivamente se constituiu no mundo contemporâneo? Por um lado, observa-se um conceito de deficiência que abriga tudo, como o resultado da negociação de significados sobre o corpo com impedimentos, como um dos efeitos da cultura da normalidade que ignora os impedimentos corporais, e ainda, como conveniência ao politicamente correto em detrimento de ajustes ao sistema de produção e consumo. Por outro lado, evidenciam-se mobilizações de movimentos sociais específicos que lutam pela conquista de direitos e condições que viabilizem o acesso ao cotidiano com dignidade e justiça (Silva, 2009; Machado & Ansara, 2014).

## Quem Sou Eu? Um Olhar a uma das Formas de Estar no Mundo!

---

Pensar sobre a identidade de pessoas com deficiência, necessariamente nos permite um olhar a uma das muitas formas de estar no mundo, como cita Diniz e cols. (2009), porque fundamentalmente estas habitam um corpo com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais. Ciampa (1987) nos mostra que a identidade é um processo permanente de metamorfose, e se constitui na relação da igualdade e da diferença com o outro na atividade, num processo contínuo de construção e reconstrução. A um só tempo somos tanto nosso passado que se manifesta através da história de vida, quanto nosso futuro que aparece como projeto de vida; sempre somos nosso presente. Por isso, as perguntas “Quem sou eu?”, “O que fizeram de mim?” e “O que eu faço com o que fizeram de mim?” nos permite considerar criticamente o processo de socialização das pessoas com deficiência.

Ao recuperar Berger e Luckman (1973), em suas definições sobre o processo de socialização, Alves (1997: 15) a considera *“como uma ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela”*. Desse modo, o auto conceito vai se desenvolvendo na medida em que o sujeito integra as concepções que as outras pessoas, grupos e instituições têm dele e vai assimilando os valores que constituem o ambiente social.

A respeito disso Habermas (1983: 54) postula que *“A identidade é gerada pela socialização, ou seja, vai se processando à medida que o sujeito – apropriando-se dos universos simbólicos – integra-se num certo sistema social”* de modo que quando a criança adquire o pensamento pré-operacional, já aprendeu distinguir entre si mesmo e seu corpo e o ambiente, contudo, ainda não

é capaz de uma separação rigorosa dos objetos físicos e sociais. Esse momento do processo de constituição da identidade é nomeado, pelo referido pensador, de identidade natural. A partir daí, com o desenvolvimento do pensamento concreto operacional, *“a criança incorpora as universalidades simbólicas de poucos papéis fundamentais de seu ambiente natural; mais tarde, as normas de ação de grupos mais amplos superpõem à identidade natural uma identidade de papel sustentada por símbolos”* (p. 63).

Portanto, na concepção do pensador a identidade natural é substituída por uma identidade constituída por papéis e intermediada, entre pessoas ou grupos, quando a criança incorpora as universalidades simbólicas dos papéis de seu ambiente familiar e mais tarde, as normas e regras de grupos mais amplos.

Quando os indivíduos são portadores de deficiência, esse processo de internalização de papéis implica no enfrentamento das próprias limitações, mas, sobretudo do olhar do outro que impõe valores, apreciação e reconhecimento a partir do estigma e da exclusão.

Satow (2010) ao analisar as histórias de vida de nove sujeitos com paralisia cerebral e socialmente ativos identifica a complexidade do processo de identidade. Afirmar a pesquisadora que, as atitudes dos outros próximos interferem durante a socialização primária, e que, o olhar que estigmatiza, assim como, o sentimento de vergonha e o medo é fundamental nesse processo. Os processos de inclusão e exclusão sociais definem os espaços a serem ocupados pelos indivíduos, assim como as condições de ocupação, contudo essas são travestidas pelas atribuições de natural, como que determinadas por leis da natureza ocultando a produção social.

Os papéis sociais, por sua vez, definem coercitivamente a atuação do indivíduo, que é marcada pelo grau de adequação ao sistema de produção e de consumo e determinada pelo lugar que cada um ocupa na escala hierárquica social. Essa contextualização possibilita a compreensão, ou ao menos, direciona para as raízes das concepções de normalidade e anormalidade atribuída as pessoas com deficiência.

Contudo, esta identidade baseada em papéis deveria ser superada com o desenvolvimento do pensamento formal, que possibilita aos portadores de papéis se transformarem em pessoas *“que podem afirmar a própria identidade independente dos papéis concretos e de sistemas particulares de normas”* (Habermas, 1983: 63).

Segundo o autor, o indivíduo tem a possibilidade de se descobrir como um ser independente dos papéis que desempenha, transformando-se em pessoa, passando de uma identidade a partir de papéis para uma identidade nomeada de identidade do Eu.

Assim sendo, apesar de sua ação ser baseada na forma de papéis, sua compreensão está fundamentada segundo as expectativas de comportamentos reflexivos, tornando-se capaz de compreender e aplicar normas reflexivas a partir de princípios, de distinguir entre autonomia e heteronomia, entre normas particulares e universais, e entre individualidade e Eu em geral. Mas, esta é apenas uma possibilidade e não uma inevitabilidade.

Retomando Habermas (1990) observa-se que o pensador considera como característica fundamental da modernidade a diferenciação entre o mundo vivido e o mundo sistêmico, ruptura esta que corresponde à dualidade entre razão comunicativa e razão instrumental.

O mundo vivido, marcado pela reprodução simbólica (interação), refere-se à experiência comum a todos os indivíduos “atores”, na qual se reflete o óbvio e o questionamento do feito das certezas é possível a partir da ação comunicativa. Já o mundo sistêmico é onde se realiza a razão instrumental, objetivado nos subsistemas econômico e político, que desenvolvem mecanismos

autorreguladores que permite a “integração sistêmica”: o dinheiro (capital) e o poder (burocracia).

Assim, para o filósofo, a modernidade sofreu dois processos de transformação: A dissociação do mundo sistêmico e do mundo vivido e a racionalização. O desligamento da produção material de bens e a dominação dos processos sociais, que ocorrem na vida cotidiana, ocasionou um desgaste entre o mundo vivido e o mundo sistêmico. Este processo possibilitou que a economia e o poder adquirissem posições imutáveis, caracterizadas por uma realidade naturalizada.

A racionalização, além de contaminar a economia e o Estado, colonizou o mundo vivido pelo mundo sistêmico com a penetração da racionalidade instrumental e dos mecanismos de integração, do dinheiro e do poder, no interior das instituições culturais.

Portanto, o mundo a partir do surgimento do mundo moderno se processa numa sucessão de mudanças que implica na difusão dos produtos da atividade racional, administrativa, tecnológica e científica. E os homens, desde então, submetem suas vidas às leis do mercado e à burocracia estatal de forma coercitiva, mantêm valores e práticas autoritárias que busca a repetição não possibilitando a aquisição de experiências em um processo de comunicação interativa - apesar da globalização da comunicação - que possa questionar o dado, o feito, o homogêneo. Nesse sentido, a vida cotidiana vivida pelo indivíduo na sociedade contemporânea, dificulta que o confronto e os paradoxos sejam evidenciados, mascarando a coerção com uma suposta autonomia. O ator, ao representar, sente-se autor da obra, construída pela colonização.

Em pesquisa com adolescentes, Alves (1997) identifica que a possibilidade de uma identidade em emancipação só se constitui quando são reunidas em torno do sujeito condições reflexivas e identificações afetivas e estas, por sua vez, deem sustentação ao processo de identificação das contradições e imposições sociais. A tese defendida na ocasião se pautou na existência da possibilidade de superação da colonização, enquanto política de identidade, através da oposição de uma política que busque desenvolver a autonomia e a emancipação.

Podemos encontrar em Alves e Cobra (2013) a posição de que a possibilidade de emancipação humana está em superar as amarras e imposições sociais, mas para isso é imperativo a necessidade de encarar o processo de formação humana no sentido mais acentuado possível, isto é, possibilitar no interior das instituições formadoras ambientes em

que os sujeitos consigam produzir formas de conhecer e intervir em suas realidades enquanto expressão de um projeto de constituição do conhecimento como política pública, que considere a instrumentalização voltada para a sobrevivência contemporânea, mas também priorize a crítica a essa condição de regressão humana. (p. 155).

Contudo, não entendemos que essa deve ser uma condição exclusiva às instituições formadoras, e sim a toda a sociedade contemporânea e suas formas de manifestação.

No caso da pessoa com deficiência, que apresenta uma imagem corporal socialmente visível e distante dos padrões considerados belos ou aceitáveis pela sociedade, esta é alvo instantâneo

do olhar preconceituoso<sup>6</sup>, na medida em que carrega um estigma que a define, e que a pressupõe.

Para que essa definição possa ser incorporada pelo sujeito e expressa na atividade cotidiana como possibilidade de construção de uma identidade firmada por princípios próprios que transcende às imposições através dos papéis sociais, necessariamente implica na recusa da identidade pressuposta pelo estigma e de sua cristalização.

Esse processo exige que os sujeitos desenvolvam penosas estratégias de inserção no mundo da normalidade, destacando-se o peso dos sentimentos na construção da identidade (Satow, 2010).

As pessoas com deficiência não podem ficar se colocando no lugar de coitadinhas, e os pais das crianças com deficiência não devem "trancar os filhos no armário", mas prepará-los para a vida como ela deve ser vivida. (Satow, 2014).

A autora ao analisar o processo de identidade de paralisados cerebrais (nomados por ela como PC) afirma que na diversidade das histórias individuais algumas características podem ser encontradas como comuns. Entre elas a necessidade de "ser gente" e a estratégia de normalização se destaca: ao responderem à *"clássica pergunta sobre identidade 'Quem é você' os primeiros entrevistados responderam que eram humanos como todo mundo, sem dar seus nomes e sobrenomes [...] como se fosse a resposta mais lógica possível, havendo alguns que ficaram indignados com a pergunta"* (p. 161).

Assim, o debate aqui proposto implica na reflexão sobre os nexos entre os processos identitários de pessoas com deficiências, a imposição dos papéis sociais e a difícil construção da identidade na exclusão, assim como as condições e possibilidades de humanização no mundo contemporâneo.

## O Sintagma<sup>7</sup> Identidade-Metamorfose-Emancipação no Contextos dos Conflitos Sociais

---

As concepções consideradas por Ciampa (2002) a respeito do sintagma podem ser esclarecidas pelas noções de políticas de identidade engendradas por grupos e coletividades, e de identidades políticas que se referem ao processo de individualização, isto é, quando já

---

<sup>6</sup> Considera-se a definição do termo a partir das considerações de Crochik (2006).

<sup>7</sup> Do grego *syntagma*, - atos, «combinação; coisa posta em ordem» (Sintagma, 2003-2015).

começamos a desenvolver um pensamento próprio. Para Ciampa (2002), a articulação entre políticas de identidade e identidades políticas para emancipação precisa se dar na esfera da ação comunicativa do mundo da vida, em que prevalece o poder da solidariedade, diferentemente da ação estratégica e da ação instrumental, próprias do sistema, no qual prevalece o poder do dinheiro (capital) e o poder da burocracia gerando situações de crescente heteronomia pessoal e ausência de fundamentação racional e intersubjetiva da normatividade social.

Adensando o estudo, levam-se para o debate as considerações de Honnet<sup>8</sup> (2009) em “A luta por Reconhecimento - a gramática moral dos conflitos sociais” no qual condensa fundamentos da Teoria do Reconhecimento a partir das premissas de reconhecimento social de Friedrich Hegel e nos conceitos de identidade de Mead.

Para o pensador da Teoria Crítica os conflitos sociais se originam na ausência do reconhecimento intersubjetivo e social, na medida em que a identidade dos grupos e dos indivíduos se forma diante do reconhecimento e aceitação nas relações “*com o próximo (amor), na prática institucional (justiça/direito) e na convivência em comunidade (solidariedade)*” (Fuhrmann, 2013: 88).

Os indivíduos aprendem a referirem-se a si mesmos a partir da perspectiva dos outros, que os aceitam e os motivem mediante determinadas características e capacidades. Assim, a estrutura intersubjetiva se constitui na relação consigo próprio e com a experiência do reconhecimento. A cada nova forma de reconhecimento vai se estabelecendo o grau de autorrealização (Honnet, 2009).

A ausência do reconhecimento das pessoas com deficiência se manifesta quando Satow (2010) afirma que o PC busca ser reconhecido como ser humano e para isso estar inserido no mundo do trabalho enquanto trabalhador é um desejo comum a todos os entrevistados. A autora relata também que os PC socialmente ativos que ela já teve contato tiveram que “*enfrentar todo o peso da descrença, da dor de ser desrespeitado em sua dignidade humana*” (p. 189).

Lara (2012) relata que os trabalhadores com deficiência sofrem as três formas de experiência de desrespeito nomeadas por Honnet na teoria da luta por reconhecimento: a “*que toca a camada da integridade corporal de uma pessoa: aquela forma de maus-tratos práticos em que são tiradas violentamente de um ser humano todas as possibilidades de livre disposição sobre seu corpo*” (pp. 214-215), e que destrói a sua autoconfiança; a negação ou privação de direitos possibilitando a experiência de rebaixamento que afeta a seu autorrespeito moral, e por fim, a depreciação individual ou coletiva que afeta a “honra”, a “dignidade”, o status de uma pessoa.

Nesse sentido estamos abordando um modelo de conflito, assim como Honnet (2009: 261) explica “*que começa pelos sentimentos coletivos de injustiça [...] aquele que atribui o surgimento e o curso das lutas sociais às experiências sociais morais que os grupos sociais fazem perante a denegação do reconhecimento jurídico ou social*”.

Em conferência, proferida no mês de março de 2009, no Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona, Axel Honneth deixa claro “*que o reconhecimento da dignidade das pessoas e dos*

---

<sup>8</sup> Axel Honnet é Professor da Universidade de Frankfurt e diretor, desde 2001, do Instituto de Pesquisa Social. Foi assistente de Habermas e estabeleceu posição singular e notória no interior da teoria crítica inaugurada, na década de 1930, por Horkheimer e Adorno. (Nobre, 2009).

*grupos constitui o elemento central do que ele compreende por justiça social e que é essa tese, em última análise, a que ele defende” (Fuhrmann, 2013: 88).*

No contexto atual, em que vivemos conflitos sociais originários de concepções hegemônicas sobre normalidade, assim como, pela intolerância ao diferente, o que realmente está em pauta é a luta pela dignidade humana, pela igualdade de direitos, e pelo reconhecimento da diversidade de modos de vida. Assim, as possibilidades de identidades em emancipação e o direito do deficiente implicam em lutas sociais cujo conflito transcende às questões de poder do mundo sistêmico sobre o mundo da vida. A referência de cada indivíduo como sujeito só é possível na experiência da relação com o outro como possibilidade de autoconfiança, na experiência do reconhecimento jurídico, a do autorrespeito e, na experiência da solidariedade, a da autoestima. A reformulação da sociedade no sentido da conquista de direitos está posta no futuro das lutas sociais, na medida em que o sentimento de injustiça é a alavanca da luta por reconhecimento.

## Referências Bibliográficas

---

- Alves, Cecília Pescatore., Cobra, Cristiane M. (2013). Políticas Públicas de Educação no Brasil: possibilidades de emancipação? *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 3(1), 132-151. Acessado em 12 de Agosto de 2019, de: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/97890>
- Alves, Cecília Pescatore. (1997). *Eu Nunca Vou Parar De Buscar Nada. Emancipação frente à colonização e as políticas de identidade na adolescência*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- Berger, Peter., & Luckmann, Thomas. (1973). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- Ciampa, Antonio da Costa. (2002). Políticas de Identidade e Identidades Políticas. Em Dunker, Christian., & Passos, Maria C. (orgs.) *Uma Psicologia que se interroga: ensaios*. (pp. 133-144). São Paulo: Edicon.
- Ciampa, Antonio da Costa. (1987). *A estória do Severino e a História da Severina. Um Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Crochík, José Leon. (2011). Preconceito e Inclusão. *WebMosaica revista do instituto cultural judaico marc chagall*, 3(1), Acessado em 23 de Março de 2020, de: <http://seer.ufrgs.br/index.php/webmosaica/article/view/22359/13016>
- Crochík, José Leon. (2006). *Preconceito, Indivíduo e Cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Diniz, Debora., Barbosa, Lívia., & Santos, Wederson Rufino dos. (2009). Deficiência, direitos humanos e justiça. *Sur, Rev. int. direitos human.*, 6(11), 64-77. Acessado em 23 de Março de 2020, de: <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>
- Diniz, Débora. (2007). *O que é deficiência*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Fuhrmann, Nadia. (2013). Luta por reconhecimento: reflexões sobre a teoria de Axel Honneth e as origens dos conflitos sociais. *Barbaroi*, 38, 79-96. Acessado em 23 de Março de 2020, de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-65782013000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100006&lng=pt&nrm=iso)
- Habermas, Jürgen. (1990). *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Habermas, Jürgen. (1983). *Para a reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense.
- Honneth, Axel. (2009). *Luta por Reconhecimento*. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34.
- Lara, Andrea Paula dos S. (2011). Trabalho e Luta por Reconhecimento. A Identidade do Trabalhador com deficiência. *Dissertação de mestrado*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- Lane, Silvia., & Sawaia, Baber B. (Orgs.). (1995). *As novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, EDUC.
- Leontiev, Alexis. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Esquilo
- Lima, Aluísio F. de., & Ciampa, Antonio da Costa. (2012). Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. Em Aluísio Ferreira Lima. (Org.). *Psicologia Social Crítica: Paralaxes do Contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina.
- Machado, Márcia F. Lombo., & Ansara, Soraia. (2014). De Figurantes a Atores: o coletivo na luta das famílias dos autistas. *Psicologia Política*, 14(31), 517-533. Acessado em 12 de Agosto de 2019, de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v14n31/v14n31a07.pdf>

- Organização Das Nações Unidas. (2006, 13 de Dezembro.). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Doc. A/61/611, Nova Iorque.
- Satow, Suely H. (2014, 21 de Fevereiro.). Entrevista da "História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil". Scott Rains. Acessado em 23 de Março de 2020, de: [http://www.rollinggrains.com/rio\\_2016/2014/02/suely-harumi-satow-entrevista-da-historia-do-movimento-politico-das-pessoas-com-deficiencia-no-brasi.html](http://www.rollinggrains.com/rio_2016/2014/02/suely-harumi-satow-entrevista-da-historia-do-movimento-politico-das-pessoas-com-deficiencia-no-brasi.html)
- Satow, Suely H. (2010) *Paralisado Cerebral. Construção da identidade na exclusão*. Taubaté: Cabral Editora Universitaria.
- Sawaia, Bader B. (2010). Prefácio. Em Suely Satow. *Paralisado Cerebral. Construção da identidade na exclusão*. Taubaté: Cabral Editora Universitária.
- Sawaia, Bader B. (2001). Introdução: Exclusão ou inclusão perversa? Em Bader Burihan Sawaia. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (pp. 7-11). Petrópolis: Vozes.
- Silva, Alessandro Soares da. (2009). Contribuições dos Movimentos Sociais para a Desprivatização da Ética na Perspectiva da Psicologia Política. Flávia Mori Sarti, & Gislene Aparecida dos Santos. (Org.). *Ética, Pesquisa e Políticas Públicas*. (pp. 37-58). São Paulo: Rubio. Acessado em 19 de maio de 2019, de: [https://www.researchgate.net/publication/344041671\\_Contribuicoes\\_dos\\_Movimentos\\_Sociais\\_para\\_a\\_Desprivatizacao\\_da\\_Etica\\_na\\_perspectiva\\_da\\_Psicologia\\_Politica](https://www.researchgate.net/publication/344041671_Contribuicoes_dos_Movimentos_Sociais_para_a_Desprivatizacao_da_Etica_na_perspectiva_da_Psicologia_Politica)
- Simões, Maria Cristina D. (2012). *Autonomia e Dependência na relação entre estudantes com deficiência visual e seus leitores*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- Sposati, Aldaiza. (2002). Prefácio. Em Bader Burihan Sawaia., & Maria Regina Namura. (org.) *Dialética da exclusão/inclusão. Reflexões metodológicas e relatos de pesquisas na perspectiva da Psicologia Social Critica*. Taubaté: Cabral Editora Universitária.
- Oliva, Diana Villac. (2011). *A educação de pessoas com deficiência visual: inclusão escolar e preconceito*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo. Acessado em 03 Agosto de 2020, de: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-24052011-172502/>
- Sintagma. (2003-2020). *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora. Acessado em 20 de Janeiro de 2020, de: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/sintagma>

**Recebido em 22/10/2019..**  
**Aceito em 06/12/2019.**